

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

BEATRIZ RAMOS MARINHO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE
ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E CEGUEIRA NO CENTRO DE
ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS (CESP-UEA)**

Parintins - AM

2023

BEATRIZ RAMOS MARINHO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE
ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E CEGUEIRA NO CENTRO DE
ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS (CESP-UEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Pedagogia, pela Universidade do Estado do
Amazonas, apresentado como exigência para
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Dra Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos

Parintins - AM

2023

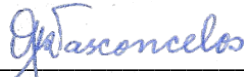
BEATRIZ RAMOS MARINHO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES DE
ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E CEGUEIRA NO CENTRO DE
ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS (CESP-UEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Pedagogia, pela Universidade do Estado do
Amazonas, apresentado como exigência para
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 08/09/2023

BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos (Presidente)
Universidade do Estado do Amazonas



Profª Dra Francisca Keila de Freitas Amoêdo (Membro)
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Esp. Ivone Almeida da Silva (Membro)
Núcleo de Inclusão Socioassistencial e Atividades Adaptadas (Girassol)

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família, em especial aos meus filhos.

*Às pessoas com deficiência, sobretudo,
os deficientes visuais e cegos presentes na educação*

AGRADECIMENTOS

*Primeiramente a **Deus** por me permitir realizar esse trabalho e me sustentar até este momento. Em segundo a **minha família**, no qual estendo minha gratidão ao meu pai **Alaer Marinho** e minha mãe **Ana Cândida**, pessoas que foram fundamentais neste meu processo educacional, pois estes sempre estiveram comigo, me apoiando e me incentivando em meus estudos.*

*Agradeço ao meu esposo **Maison Teixeira** por toda paciência e parceria ao longo dessa minha trajetória e sobretudo neste processo de formação acadêmica. Também agradeço aos meus filhos **Gean Marinho** e **Ana Beatriz Marinho**, que me proporcionam bons momentos e são meus motivos para alcançar meus sonhos e posteriormente melhores condições financeiras.*

*Sou grata a **“Ped 19”** que esteve comigo nessa caminhada, em especial aos meus amigos e grupos de estudos que fiz parte, gratidão principalmente ao meu tutor e amigo **Winglis Machado** que sempre se dedicou em me auxiliar e foi um dos responsáveis pelo meu sucesso da faculdade.*

*Agradeço a cada **professor** que nos proporcionou momentos de aprendizagem, de construção de saberes e reflexões fundamentais para meu desenvolvimento acadêmico. Estendo minha gratidão à minha professora e orientadora **Georgina Vasconcelos** pela parceria na construção deste trabalho.*

*Por fim, quero agradecer de modo geral ao **Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA)** pelo acolhimento e pelo apoio quando necessário. Ser acadêmica com deficiência visual não é fácil, muitas dificuldades eu tive até aqui, mas com a empatia de colegas e profissionais desta instituição, esse caminho estudantil pôde ser mais fácil de lidar.*

Enfim, gratidão a cada pessoa que nessa minha trajetória acadêmica vivenciada com dificuldades, não me abandonou, ao contrário, estenderam a mão a mim e me incluíram neste processo.

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar a realidade acadêmica de universitários com deficiência visual e cegueira presentes no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), instituição pertencente a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Neste estudo buscou investigar as dificuldades e possibilidades dos acadêmicos com deficiência visual e cegueira no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP). Para alcance do objetivo geral delineamos os seguintes objetivos específicos: identificar os métodos e técnicas de ensino utilizadas pelos professores na aprendizagem dos acadêmicos com deficiência visual no CESP-UEA; descobrir as dificuldades enfrentadas pelos (as) acadêmicos (as) com deficiência visual no (CESP-UEA). Os autores que embasaram este estudo foram: Mazzotta (2005), Glat (2009), Buccio e Buccio (2008) entre outros autores que discorrem sobre as perspectivas de inclusão na sociedade, dando ênfase à Educação Especial e Inclusiva, sobretudo no Ensino Superior. Esta pesquisa recebeu um viés qualitativo, com o método de abordagem fenomenológico para compreender as dificuldades enfrentadas por acadêmicos cegos e com baixa visão, elencando seus desafios e desdobramentos para lidar com as adversidades que surgem ao longo desta etapa estudantil. Como método de procedimento foi utilizada a pesquisa de campo, para evidenciar as possibilidades da efetivação de uma educação inclusiva no CESP/UEA. Os resultados obtidos nesta pesquisa constataam que muito ainda precisa ser feito para que de fato a realidade das universidades possam favorecer o ensino de pessoas com deficiência visual e cegueira. Acreditamos na grande relevância desta pesquisa ao âmbito educacional e para a sociedade em geral, uma vez que discute sobre meios inclusivos destinados às pessoas com deficiência, enfatizando reflexões necessárias quanto as práticas de inclusão em diferentes âmbitos, mas sobretudo no cenário educacional de nível superior.

Palavras-chave: Ensino Superior. Educação Especial. Deficiência Visual.

ABSTRACT

The present work aims to present the academic reality of university students with visual impairment and blindness present at the Center for Higher Studies of Parintins (CESP), an institution belonging to the University of the State of Amazonas (UEA). This study sought to investigate the difficulties and possibilities of academics with visual impairment and blindness at the Center for Higher Studies in Parintins (CESP). In order to reach the general objective, we outlined the following specific objectives: to identify the teaching methods and techniques used by teachers in the learning of students with visual impairments at CESP-UEA; discover the difficulties faced by visually impaired students at (CESP-UEA). The authors who supported this study were: Mazzotta (2005), Glat (2009), Buccio and Buccio (2008) among other authors who discuss the perspectives of inclusion in society, emphasizing Special and Inclusive Education, especially in Higher Education. This research received a qualitative bias, with the phenomenological method of approach to understand the difficulties faced by blind and low vision academics, listing their challenges and developments to deal with the adversities that arise during this student stage. As a method of procedure, field research was used to highlight the possibilities of implementing an inclusive education at CESP/UEA. The results obtained in this research show that much still needs to be done so that the reality of universities can actually favor the teaching of people with visual impairments and blindness. We believe in the great relevance of this research to the educational field and to society in general, since it discusses inclusive means for people with disabilities, emphasizing necessary reflections regarding inclusion practices in different areas, but above all in the higher education scenario.

Keywords: University education. Special education. Visual impairment.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Respostas de acadêmicas com deficiência visual acerca de suas dificuldades no Centro de Estudos Superiores de Parintins.....	28
QUADRO 02 – Respostas dos professores quanto as dificuldades de acadêmicas com deficiência visual no CESP-UEA.....	29
QUADRO 03 – Respostas dos entrevistados acerca do CESP-UEA como instituição inclusiva	30
QUADRO 04 – Respostas de professores do CESP-UEA acerca do que compreendem sobre métodos e técnicas de ensino.....	33
QUADRO 05 – O conceito de inclusão apresentado pelos (as) entrevistados (as).....	35
QUADRO 06 – Respostas dos entrevistados quanto as suas perspectivas na realização de um ensino inclusivo no Ensino Superior.....	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 Conhecendo a deficiência visual: para além da discriminação e estigmas	12
1.2 As características gerais e o processo histórico da Educação Especial e Inclusiva às pessoas com deficiência visual e cegueira.....	14
1.3 Metodologias de atendimento educacional especializado e a acessibilidade como mecanismo de inclusão para acadêmicos com deficiência visual e cegueira no ensino superior.....	19
CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO	24
CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
3.1 Dificuldades vivenciadas por acadêmicas com deficiência visual e cegueira no CESP-UEA.....	27
3.1.1 <i>Desafios e dificuldades no Ensino Superior</i>	27
3.1.2 <i>Possibilidades e a prática de inclusão no Ensino Superior destinadas ao ensino de acadêmicas com deficiência visual e cegueira no CESP-UEA</i>	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXO A - Termo de consentimento livre esclarecimento	

INTRODUÇÃO

Em nossa atual sociedade podemos observar uma extensa diversidade social, onde modos, tradições, artes, crenças, a cultura de modo geral, entre outros elementos, torna-se características fundamentais na distinção de populações. Adentrando a esse pluralismo social está também a deficiência que nos últimos anos tem ganhado um olhar mais especial e humanista.

Buscando compreender tal realidade neste tipo de instituição, este trabalho intitulado: Educação Especial e Inclusiva: dificuldades e possibilidades de acadêmicos com deficiência visual e cegueira no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA) tem como objetivo investigar as dificuldades e possibilidades dos acadêmicos com deficiência visual na instituição mencionada. Para chegarmos até a discussão dos resultados obtidos nesta pesquisa, buscamos enfatizar o processo histórico de dificuldades, lutas e resiliência que pessoas com distintas deficiências vivenciaram e ainda vivenciam nos dias atuais.

Para efeito de compreensão das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência traçamos uma linha do tempo elencando períodos que apesar de terem sido extremamente ruins, servem como referência para a reflexão da importância de práticas de inclusão a serem destinadas às pessoas com algum tipo de deficiência nos dias atuais.

Ao longo da história da humanidade, muita discriminação, preconceitos e até mesmo ações que hoje são consideradas como crimes foram praticadas com pessoas com deficiência que acabaram sendo subalternizadas por muitos anos em decorrência de estigmas e mitos que os deixaram às margens da sociedade. Com isso, essas pessoas tiveram acesso negado a muitos recursos fundamentais para o progresso humano, tais como a educação, saúde e emprego. Para alteração desta realidade foi preciso um avanço científico vivido no Renascimento, época em que os primeiros panoramas científicos surgiram com novas perspectivas no campo da saúde que, por conseguinte auxiliou na compreensão das ditas “anomalias” presentes em pessoas com deficiência.

A ciência foi a principal ferramenta de combate aos estigmas vigentes em períodos passados. Por meio das discussões políticas, novas perspectivas de possibilidade de integração na sociedade foram adotadas para atenderem às necessidades de sujeitos com deficiência.

No âmbito educacional, com as diferentes mudanças pelo mundo, novas perspectivas surgem como possibilidades de inclusão em sala de aula, uma ação necessária e fundamental para agregação de Pessoas com Deficiências (PCDs) em comunidade.

Neste trabalho buscamos apresentar o processo gradativo de integração de pessoas com deficiência na sociedade, com base nos escritos de Mazzotta (2005), Glat (2009), Buccio e Buccio (2008) entre outros autores que discorrem sobre as perspectivas de inclusão na sociedade, dando ênfase à Educação Especial e Inclusiva, sobretudo no Ensino Superior.

O interesse da autora do presente trabalho por esta temática se deu a partir do momento em que a mesma adentrou à universidade e percebeu que precisava discutir sobre os desafios encontrados neste âmbito, uma vez que a mesma é cega e pôde vivenciar momentos de frustrações e até mesmo de exclusão em um espaço tão plural como a universidade. A partir disso, buscou-se investigar as peculiaridades no que tange o acesso de discentes com deficiência visual no CESP-UEA, a partir disso, buscamos responder a seguinte problemática: quais as dificuldades e possibilidades no ensino vivenciadas por acadêmicos com deficiência visual e cegueira no Centro de Estudos Superiores de Parintins?

Para responder o questionamento levantado desdobramos esta pesquisa nos seguintes objetivos específicos: Identificar os métodos e técnicas de ensino utilizadas pelos professores na aprendizagem dos acadêmicos com deficiência visual no CESP-UEA; descobrir as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos com deficiência visual neste centro de ensino superior; analisar quais as principais perspectivas e possibilidades dos acadêmicos com deficiência visual sobre a inclusão destes no Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP-UEA.

Este estudo está estruturado em três capítulos. No primeiro apresentamos o referencial teórico que está dividido em três tópicos. O primeiro está intitulado: “Conhecendo a deficiência visual: para além da discriminação e estigmas”, no qual discutimos sobre os conceitos de deficiência com base em estudos científicos, além de apresentar um processo histórico de definições sobre, a partir de estigmas atribuídos socialmente a quem detém de alguma deficiência, o que hoje é denominado de capacitismo.

O Segundo tópico deste primeiro capítulo intitulado “As características gerais e o processo histórico da Educação Inclusiva e Educação Especial às Pessoas com Deficiência Visual e Cegueira” visa apresentar as lutas por uma educação de qualidade às pessoas com deficiência visual com base nas ações pedagógicas inclusivas na Educação Especial. Neste tópico também enfatizamos a luta histórica que movimentos contra a exclusão traçaram para adquirirem um espaço necessário e digno na sociedade, sobretudo em espaços de sociabilidade e de desenvolvimento integral como a escola e as universidades.

Por fim, o terceiro tópico do referencial teórico denominado “Metodologias de Atendimento Educacional Especializado e a Acessibilidade como Mecanismo de Inclusão para Acadêmicos com Deficiência Visual no Ensino Superior” tem como objetivo enfatizar as possibilidades dos métodos inclusivos para atuação com discentes deficientes visuais em sala de aula. Buscamos apresentar tecnologias que auxiliam neste processo educacional cegos e pessoas com baixa visão, como por exemplo o sistema de escrita braile entre outras ferramentas que têm se consagrado como essenciais no processo de ensino aprendizagem destas pessoas.

O segundo capítulo deste trabalho refere-se ao percurso metodológico traçado para a consolidação desta pesquisa, no qual tem seu caráter de natureza qualitativa, com método de abordagem fenomenológico, onde a partir de questionários aplicados com os sujeitos desta pesquisa foi possível realizar um estudo de caso, analisando de forma individual os fenômenos experimentados sobretudo pelas acadêmicas deficientes visuais que foram fundamentais neste trabalho.

O terceiro capítulo apresenta os resultados desta pesquisa que teve como objeto de estudo três acadêmicas com deficiência visual, dois professores destas discentes, além de um tutor que também vivencia esta realidade da Educação Especial no Ensino Superior. Os resultados obtidos nos apontam que muito ainda precisa ser feito no CESP-UEA para que esta instituição se consolide como um espaço inclusivo e esteja em consonância com os meios legais estabelecidos.

Acreditamos que esta pesquisa tem grande relevância ao âmbito educacional e também a toda a sociedade em geral, uma vez que discute sobre meios inclusivos destinados às pessoas com deficiência, enfatizando reflexões necessárias quanto as práticas de inclusão em diferentes âmbitos, mas sobretudo no cenário educacional.

CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Conhecendo a deficiência visual: para além da discriminação e estigmas

Ao realizarmos pesquisas sobre o conceito de deficiência em dicionários, temos como resultado as seguintes palavras: imperfeição, defeito, ausência, entre outras. No que se refere às pessoas com deficiência, estes termos acabam se tornando pejorativos e invalidam as capacidades e potencialidades destes sujeitos. Este estigma, de certa forma preconceituoso, ao longo dos anos tem se replicado e se personificado por meio de práticas de exclusão.

Os novos tempos nos mostram que é necessário refletir acerca de ações inclusivas fundamentais para a prática de uma sociedade pautada nos princípios de solidariedade e igualdade humana, além disso, a prática de equidade é ainda mais importante para a superação da segregação em nossa sociedade, por isso, conhecer os termos e conceitos adequados para se referir a uma pessoa com deficiência é essencial.

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, define pessoa com deficiência sendo aquela que “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p. 1). De acordo com Pimentel (2013, p. 8) a deficiência pode ser compreendida como:

[...] um problema físico/orgânico, que traz limitações sociais, colocando quem a possui numa condição diferente no exercício dos seus direitos. A partir da idade moderna esta concepção passou a exercer forte influência na forma de se conceber a deficiência, que na idade antiga era considerada como algo necessário de ser abolido através da morte, por infanticídio, das crianças que apresentavam esta condição ao nascer e na idade média era concebida como resultado de ações demoníacas ou uma condição passível de receber assistência

Pode-se observar pela definição apresentada um equívoco que inviabilizou por muitos anos pessoas com deficiência. Atualmente vivemos em uma sociedade diversificada, de múltiplas culturas, personalidades e também de pessoas com deficiências. A pessoa com deficiência tem ocupado diferentes cargos na sociedade, recebendo uma atenção maior por parte das autoridades por meio de serviços públicos essenciais, uma conquista necessária e fundamental que no passado fora negado por causa de estigmas preconceituosos que se perpetuaram por muitos anos.

Segundo Omote (2004, p. 293, grifo do autor) o conceito histórico de estigma refere-se a “[...] designar marcas físicas produzidas artificialmente no corpo de uma pessoa (*com cortes ou ferro em brasa*), para sinalizar o status moral inferior dela, indicando que se tratava de uma pessoa moralmente manchada e com a qual devia evitar contato [...]”. O autor também enfatiza que originalmente este termo foi cunhado na Grécia Antiga, mas que até os dias atuais pessoas com deficiência são inferiorizadas por conta de suas anomalias, no entanto, vivemos uma realidade oposta de tempos anteriores, no qual somos cercados por tecnologias que facilitaram a comunicação global das nações por todo o mundo, logo, não podemos mais viver em uma realidade de desinformados e continuar a compartilhar ideias e conceitos ultrapassados sobre pessoas com deficiência.

No que se refere às pessoas com algum tipo de deficiência visual, não tão diferentes de outros sujeitos com anomalias, estas também tiveram um histórico de muita discriminação e preconceito. De acordo com Silveira (2009) foi somente no período do Renascimento que o pensamento das pessoas acerca dos cegos começou a mudar, pois nesta época as novas descobertas científicas possibilitaram a compreensão do funcionamento do olho e a estrutura cerebral, o que contribuiu na quebra de determinados paradigmas.

Quanto a deficiência visual e cegueira, estas podem ser adquirida ou congênita, sendo ocasionadas por algum fator genético ou por meio de traumas oculares decorrentes de algum acidente ou outras circunstâncias. De acordo com o Portal da Fiocruz (2017) com bases nos estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS), a deficiência visual corresponde desde a leve perda visual até a perda total deste sentido, obtendo indivíduos com variáveis graus de visão residual.

De acordo com Glat (2009) a baixa visão corresponde a uma perda severa da visão que não pode ser corrigível por meio de tratamento clínico, cirúrgico, nem mesmo através do uso dos óculos convencionais. Neste sentido, a baixa visão afeta o desenvolvimento do sistema visual na realização de atividades do dia a dia. É importante frisar que este tipo de deficiência tem características diferentes em cada indivíduo, pois, uns apresentam mais dificuldades ao executarem tarefas, outros conseguem lidar de maneira mais fácil com as adversidades do cotidiano.

No que tange a cegueira, esta corresponde a perda total da visão, sendo acometida por fatores genéticos ou por outros fenômenos, é o que confirma Glat (2009, p. 120) ao enfatizar que cegueira é “[...] a ausência total de visão, incluindo a perda da capacidade de indicar a projeção de luz”. A pessoa que convive com cegueira apresenta muitas dificuldades em sua

vida, mais que isso, esses sujeitos já foram alvo de muito preconceito e de estigmas”. Ao analisarmos o processo histórico dessas pessoas, podemos observar muita discriminação, sobretudo em épocas em que a deficiência era vista como um castigo divino, é o que relata Telford e Sawrey (1988, p. 473):

Os estigmas de cegueira que contribuem para sua desvantagem total consistem num conjunto de conceitos ou falsas concepções populares, que resultam em práticas sociais suficientemente compatíveis com essas falsas concepções a ponto de, ao apoiá-las, constituírem uma profecia autocumpridora.

Podemos observar por meio dos escritos dos autores que este processo histórico de pessoas com deficiência visual é marcado por muita discriminação, o que não difere dos dias atuais, que apesar das leis mais inclusivas e de direitos garantidos, ainda assim podemos observar que este preconceito se mantém e geralmente está escancarado através de ações capacitistas.

O capacitismo consiste na prática de subestimar as capacidades de pessoas deficientes, desvalidando os potenciais que estas pessoas podem desenvolver em meio as inúmeras dificuldades que enfrentam.

No atual contexto em que vivemos, em uma sociedade globalizada, repleta de conhecimentos e tecnologias, não deve haver mais espaços para estigmas e ações de capacitismo. As leis de acessibilidade, a garantia dos direitos a serviços essenciais, entre outros fatores tem contribuído na integração de deficientes na sociedade, por isso, é necessário e fundamental que combatemos qualquer estereótipo que invisibiliza esses sujeitos que por muito tempo foram subalternizados.

1.2 As características gerais e o processo histórico da Educação Especial e Inclusiva às pessoas com deficiência visual e cegueira

Desde o surgimento da humanidade, o homem precisou se adequar na natureza e por conseguinte garantir a sua sobrevivência. Através de observações em seu espaço, ele percebeu que precisava dominar técnicas de caça e pesca, além de manter proteção dos grandes animais selvagens. Desta forma, cada vez mais ele foi desenvolvendo técnicas e aperfeiçoando-as e assim adquiriu habilidades que foram passadas de geração a geração por meio de uma educação difusa. Esta foi fundamental para o desenvolvimento intelectual dos seres humanos, uma vez

que por meio de suas práticas o homem aguçou seu raciocínio e passou a compartilhar os seus conhecimentos.

A educação com o tempo tornou-se cada vez mais valorizada nas novas sociedades que foram constituídas. O ensino começou a ser discutido e mais ampliado, no qual, foi sendo garantido às pessoas o direito e acesso à instrução, no entanto, esta realidade nem sempre foi assim, tendo em vista que a educação escolar a princípio era destinada apenas aos indivíduos do sexo masculino e nobres das sociedades aristocráticas. Estes discutiam principalmente os aspectos filosóficos da vida cotidiana, com assuntos relacionados a moral, a ética, a economia, etc.

Com o passar do tempo, as sociedades tornaram-se mais complexas e a educação tornou-se fundamental para solucionar problemas advindos de modificações sociais que impactaram distintos modos de vida. Por meio de muitas lutas e conquistas a educação ganha ainda mais amplitude e valorização, criam-se espaços de saberes para atender às necessidades educacionais dos indivíduos e assim, sujeitos passam a ter a oportunidade de se desenvolverem de maneira integral por meio de um espaço dinâmico, socializador e plural, a escola.

Atualmente, a educação é considerada como uma prática social que é fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, na execução de suas habilidades e competências. O ensino tem a função político-social de emancipar e humanizar as pessoas e deve abranger a todos os cidadãos que necessitam de auxílio educacional. De acordo com Pimenta (2011, p. 117):

Parece haver um consenso social de que a educação deve ser o instrumento por excelência da humanização dos homens em sua convivência social uma vez que os sujeitos [...] estão constantemente participando, interagindo, intervindo no seu próprio contexto cultural, requalificando a civilização para condições que deveriam ser cada vez mais emancipatórias e humanizantes.

Tendo como função por excelência da humanização dos indivíduos, a educação/instrução em 1948 foi considerada como um direito às pessoas pela Declaração Universal dos Direitos humanos, no qual é definido em seu artigo 26 que “a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (Organização das nações unidas, 1948 p. 4). Sendo destinada a todos, cabe ao Estado assegurar o acesso à educação escolar, sobretudo a uma educação inclusiva para que possa abranger distintos públicos de educandos, desenvolvendo a prática humanizadora de acolhimento, no qual, torna-se necessário incluir todos aqueles que fazem parte da sociedade, inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais que apresentam algum tipo de deficiência.

Demo (1994) enfatiza que é compromisso do Estado garantir serviços públicos que possibilitem processo de formação da cidadania, principalmente na educação básica, na cultura e comunicação. No Brasil, o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, enfatiza que é dever do Estado promover e incentivar através da colaboração da sociedade, o desenvolvimento pessoal e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). A educação deve ser acessível e gratuita, onde possa haver igualdade de condições no acesso e permanência na escola.

Outro documento que assegura este direito é a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 que direciona a prática educacional a um ensino de qualidade à população, no entanto, em um país tão plural como o Brasil, é fundamental que se flexibilize um ensino pautado em princípios de equidade, capaz de atender as necessidades de quem precisa de uma atenção maior, como deficientes visuais que cada vez mais ocupam espaço no cenário educacional e que alcançam o topo do ensino, chegando ao ensino superior mesmo com dificuldades e obstáculos no caminho.

Apesar de que nos dias atuais o acesso à educação tenha sido efetivado como um direito de todos, sem exceção, a educação inclusiva e especial tem seu histórico marcado por muitas lutas. Para se compreender o seu processo histórico, é preciso que retomemos a história das pessoas com deficiências que é marcada por muita exclusão.

De acordo com Mazzotta (2005, p. 16) “[...] até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas”. Este fato gerou muita discriminação às pessoas com deficiência, pois estas eram vistas como criaturas desprezíveis e que por isso “[...] os indivíduos excepcionais, considerados como degeneração da raça humana, deveriam ser abandonados ou simplesmente retirados do convívio social [...]” (Buccio; Buccio, 2008, p. 36). Esta foi uma realidade que perdurou por muitos anos nas antigas sociedades, dificultando o acesso dessas pessoas com deficiência aos bens fundamentais para o desenvolvimento dos homens, tais como, saúde, segurança e educação.

Com os avanços nas ciências, pessoas com deficiência ganham certa notoriedade e passam a ser assistidas, havendo práticas de acessibilidade e assistencialismo. “Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se caracterizaram em medidas educacionais” (Mazzotta, 2005, p. 17).

De acordo com Mazzotta (2005) uma das primeiras obras que fez alusão a educação de deficientes foi destinada ao ensino de pessoas surdas, que teve como precursor Jean-Paul, com seu escrito intitulado *Arte de Ensinar os Mudos a Falar*, no ano de 1620.

No que se refere ao ensino destinado as pessoas cegas, Silveira (2009) evidencia as ações de Valentin Haüy que criou no ano de 1784, na cidade de Paris, o *Institute Nationale des Jeunes Aveugles* (Instituto Nacional dos Jovens Cegos) que ganhou prestígio da sociedade da época, pois neste instituto, as atividades não estavam destinadas apenas ao acolhimento e prestação de assistência de pessoas com deficiência visual, mas também a prática de instrução, como por exemplo o ensino por meio de letras em relevo que posteriormente teve adaptações significativas desenvolvidas pelo jovem cego Louis Braille, que era estudante deste Instituto, tornando-se referência para a época em decorrência do seu extraordinário feito.

A partir de novos estudos acerca de patologias, pessoas com deficiências foram tendo acesso a espaços mais humanizados e acolhedores, no qual, estes eram destinados ao tratamento de doenças, além de contribuírem na promoção da dignidade humana que hoje todos tem direito de usufruir.

No que se refere a educação especial em território brasileiro, não tão diferente de outros países, no Brasil, a prática de preconceito contra pessoas com algum déficit físico ou mental também era muito executada e estes indivíduos foram tratados como seres incapazes do convívio social, logo, a educação e o acesso ao ensino escolar era algo fora de cogitação para estes. “A inclusão da *educação de deficientes*, da *educação dos excepcionais* ou da *educação especial* na política educacional brasileira vem ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX” (Mazzotta, 2005, p. 27, grifo do autor). Nota-se que houve um período extenso de exclusão educacional.

A primeira ação concretizada de atendimento escolar especial no Brasil se deu por meio do Decreto Imperial nº 1.428 providenciada por D. Pedro II, no qual foi fundado no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos cegos e posteriormente passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant, por intermédio do Chefe do Governo Provisório, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, através do Decreto nº 1.320, de 24 de janeiro de 1891 em homenagem a excelente atuação do ex-diretor de mesmo nome (Mazzota, 2005). Cegos desta época foram beneficiados por este novo avanço educacional e, foi somente a partir desta ação que novas perspectivas foram pensadas para este público de deficientes que encontravam-se às margens da sociedade.

A criação deste instituto foi um marco na história educacional especializada a jovens cegos, sendo referência para as novas possibilidades de garantia de direitos acessíveis e necessário para pessoas com outros tipos de deficiência, no entanto, é necessário enfatizar que devido as circunstâncias de um país extenso territorialmente, nem todos deficientes visuais puderam ser beneficiados por este decreto.

Com o passar dos anos, sobretudo já no século XX, novos institutos foram criados para atender as necessidades educacionais de deficientes visuais. Inicia-se no país um momento histórico de conquistas de direitos, dando mais importância a esses indivíduos, isso pôde ser visível a partir da criação de novas leis que amparavam estas pessoas, seja no âmbito educacional ou em outros meios.

Por volta de 1940, as ações do Instituto Benjamin Constant (IBC) foram abrangendo mais deficientes visuais por todo o Brasil. Esta instituição foi responsável pela produção de revistas e livros em braile, além de organizar uma imprensa destinada a esse público, ademais, foram criados cursos de especialização e formação de professores para trabalharem com alunos com algum tipo de deficiência visual que passariam a ingressar a escola regular.

Outro instituto importante para cegos foi a fundação Dorina Nowill fundada no ano de 1946 que tinha como objetivo promover educação inclusiva às pessoas com problemas de visão. Este espaço foi considerado referência no atendimento especializado de pessoas cegas ou de baixa visão, além de atender outro público que consiste em pessoas com outras deficiências.

No âmbito educacional, cegos e deficientes visuais tiveram acesso ao ensino regular somente por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961), no qual estabeleceu em seu artigo 88 a integração dos “excepcionais” no ensino regular, como forma de se enquadrarem neste âmbito fundamental e necessário a todos, a educação.

Outra conquista importante no cenário educacional inclusivo foi a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) no ano de 1973, no qual foi alterada em 1986 para Secretaria de Educação Especial, onde as práticas de inclusão escolar foram introduzidas no planejamento das políticas públicas educacionais (Glat, 2009).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabelece um inciso especial para a educação especial, no qual em seu artigo 4º preconiza:

III- atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (Brasil, 1996).

Nota-se por meio destas leis educacionais um avanço significativo necessário as pessoas com deficiência. Tais medidas promovem a dignidade humana desses sujeitos que também fazem parte da sociedade, logo, devem usufruir de todos os direitos garantidos pelas leis da Constituição Federal.

Para o alcance dessa dignidade humana muito ainda precisa ser feito no cenário educacional, portanto, é fundamental que estas reflexões acerca da educação inclusiva se expandem legalmente, no sentido de agregar pessoas com deficiência em sala de aula, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior.

1.3 Metodologias de atendimento educacional especializado e a acessibilidade como mecanismo de inclusão para acadêmicos com deficiência visual e cegueira no ensino superior

Sendo considerada como um direito de todos, o acesso à educação pelas pessoas com deficiências foi se concretizando ao longo dos últimos anos, uma conquista que pôde ser consolidada por meio de muitas discussões através de conferências educacionais que por conseguinte culminou na criação de políticas públicas educacionais, tal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que passou a garantir de forma assertiva os direitos de alunos com necessidades educacionais especiais que anteriormente a este feito, ainda eram vistos como inválidos e incapazes de terem a experiência educacional.

Esses avanços de inclusão no âmbito educacional se deram mais precisamente a partir da Conferência Mundial sobre Educação Especial, no município espanhol de Salamanca, no qual foi proposto diretrizes de ações inclusivas e de acessibilidade destinadas a estudantes com deficiências.

No que se refere ao ingresso de discentes com algum tipo de deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), Diaz *et al* (2009) enfatiza que foi por meio da Portaria de n.3.284/03 que este direito pôde ser adquirido. Este documento de ato administrativo consistiu na autorização de cursos e credenciamento de instituições para a inserção de discentes com deficiência física e sensorial, sendo obrigatoriedade das universidades garantirem a prática de inclusão através de meios acessíveis durante a formação desses acadêmicos.

A partir das mudanças estabelecidas por lei, as universidades tiveram que se adequar a uma nova realidade. De modo vagaroso, essas instituições foram se modificando, tornando-se cada vez mais plurais e diversificadas, sobretudo a partir do ingresso de PCDs nesses centros universitários. No entanto, muitos foram os desafios enfrentados tanto por estes acadêmicos com necessidades educacionais especiais, quanto por professores e demais funcionários que tiveram que se adaptar às novas demandas no Ensino Superior.

Dados estatísticos do último censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2021) apontou que o número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação foi de 63.404, o que equivale a 0,71% do percentual em relação ao total de matrículas em cursos de Graduação nas universidades do Brasil. Deste total de matrículas, segundo este Censo, 20.172 apresentam baixa visão e 3.482 são cegos.

Comparando os dados anteriores apresentados com os últimos 10 anos, percebe-se um avanço significativo no número de pessoas com deficiência matriculadas nas IES. Em 2011, o número de matrículas em cursos de graduação de acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação correspondeu a 22.367, o que equivaleu a 0,33% do percentual em relação ao total de matrículas, ou seja, um aumento de 0,38%, pode parecer pouco, mas este percentual retrata a consolidação da inclusão educacional tão almejada por PCDs que almejam o ingresso ao Ensino Superior.

Apesar dos avanços nas leis de amparo às pessoas com deficiência visual, ainda pode-se observar que nos dias de hoje há um certo despreparo por parte das instituições de ensino, tanto na educação básica, quanto no ensino superior, com relação a falta de metodologias adequadas a esses estudantes com necessidades educacionais especiais que acabam por serem prejudicados por essa ausência metodológica que dificulta os processos de aprendizagens desses discentes. “[...] a escola e todo sistema de educação, de modo geral, carecem de investimento e desenvolvimento de novas práticas a partir das tecnologias, para que se possa experimentar práticas pedagógicas mais democráticas e plurais” (Diaz *et al*, 2009, p. 27-28).

Uma das metodologias mais utilizadas com alunos cegos é desenvolvida através do braille que foi criado por volta de 1829 pelo jovem cego francês Louis Braille que adaptou um outro sistema de escrita para cegos elaborado por Charles Barbier (Mazzotta, 2005). Ainda Mazzota (2005, p. 19) “[...] tal adaptação foi denominada de sonografia e, mais tarde, em braille. Até hoje não foi encontrado outro meio, de leitura e escrita, mais eficiente e útil para o uso das pessoas cegas”.

O braille tem auxiliado milhares de pessoas com deficiência visual, sobretudo nas escolas, lugar de socialização e aquisição de saberes. “O Sistema Braille baseia-se numa combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e os símbolos gráficos” (Silveira, 2009, p. 50). Esse sistema de escrita é constituído por seis pontos dispostos em três linhas e duas colunas.

Para se escrever em braille é necessário usar outros elementos que compõem esse sistema, é o caso da reglete, uma régua feita em madeira, plástico ou metal que contém as celas braille que deve ser perfurado pela punção, um aparelho cuja ponta é metálica. Outro mecanismo fundamental para a escrita nesse sistema é a máquina de escrever braille. Ela tem sido fundamental no processo de escrita das pessoas cegas, pois facilita a interação do aluno cego com o mundo letrado através de símbolos.

A falta do sistema de escrita braille para alunos cegos configura-se como uma ação de exclusão de acesso à instrução, haja vista que como já mencionado anteriormente, todos cidadãos tem direito a educação e por isso, faz-se necessário que as instituições de ensino, sejam elas, privadas ou públicas, de ensino básico ou de ensino superior, se adaptem a esta realidade, tendo em vista que, a presença de pessoas cegas no âmbito educacional tem se tornado cada vez mais assídua.

Além do braille, atualmente neste contexto mais tecnológico e digital, novos softwares foram criados com o intuito de auxiliar pessoas com deficiência visual em seus estudos. Esta é uma forma mais inclusiva de propiciar a estes indivíduos o acesso a esse mundo mais globalizado e virtual. Hoje, livros físicos são convertidos para áudio o que facilitou ainda mais na compreensão de pessoas cegas ou de baixa visão, acerca dos conteúdos fundamentais para seus estudos.

Como ferramenta tecnológica que visa o auxílio nas atividades escolares de todos os alunos, as (Tecnologia de Informação e Comunicação) TICs. Segundo Diaz *et al* (2009, p. 27):

[...] têm provocado profundas mudanças na sociedade. Essas mudanças já podem ser visíveis nos diferentes setores produtivos. É fato que o ambiente computacional tende, cada vez mais, a tornar-se uma fonte de informação preponderante e um fator determinante da educação na sociedade atual.

Essa era de globalização e tecnologia adentrando ao recinto educacional têm proporcionado melhoria na aprendizagem tanto de estudantes sem deficiência quanto os que possuem. Outra forma de auxiliar acadêmicos com baixa visão e cegueira em suas atividades acadêmicas na universidade é o uso de aparelhos eletrônicos como o gravador de voz para

gravação de leituras feitas por outra pessoa, assim, este acadêmico que necessita de apoio educacional poderá ouvir textos e realizar suas atividades como qualquer outro discente sem algum tipo de deficiência.

Apesar dessas tecnologias destinadas às pessoas com deficiência visual, nem todos os educandários detém desse mecanismo facilitador ao ensino de alunos cegos, além disso, a falta de profissionais qualificados nesta área dificulta esse processo, haja vista que não conhecem ou não sabem manusear este sistema de escrita por meio de relevo, por isso, cada vez mais os movimentos sociais em prol as pessoas com deficiência lutam por mais direitos e melhorias na prática de acessibilidade nesses espaços educacionais. Diaz *et al* (2009, p. 27) enfatiza que:

A inclusão social como fator fundamental para equidade e desenvolvimento da sociedade brasileira, hoje, requer que os educadores estejam, permanentemente, informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência e das possibilidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Uma educação inclusiva que promova a equidade certamente contribui e estimula o processo educacional de pessoas com deficiência. O acesso à ferramentas pedagógicas adaptadas por meio da tecnologia é fundamental no processo de formação acadêmica de universitários com deficiência visual e cegueira, pois permite uma certa autonomia, uma independência, tendo em vista que promove a dignidade humana, contribuindo na comunicação e mobilidade dessas pessoas que por meio dessas tecnologias se desenvolvem de maneira integral.

Em um cenário de constantes mudanças nas instituições de ensino, tais como as IES, estas devem estar preparadas para receberem um público diversificado de discentes com distintas realidades. As universidades são espaços plurais, abertos para os diálogos, logo devem abranger um currículo que atenda às necessidades de todos.

Além de metodologias e ferramentas acessíveis para ensinar cegos e deficientes visuais, faz-se necessário a prática da sensibilidade por parte de todos os professores que precisam se capacitar a esta nova realidade por meio de formação continuada, somente assim haverá de fato acessibilidade e inclusão no ensino.

Além da formulação de metodologias acessíveis ao ensino de cegos e deficientes visuais, Diaz *et al* (2009, p. 32) consideram que é fundamental que:

[...] se busque um processo educacional mais justo e democrático. É preciso que o estado assuma uma dívida histórica com a educação da pessoa com deficiência. Contudo, aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão

dar conta da demanda para o setor, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas universidades públicas em especial, para que se possa garantir a permanência desses estudantes.

Apesar dos avanços no atendimento especializado às pessoas com deficiência, nota-se que as conquistas obtidas nesta área ainda caminham a passos lentos. É preciso que se faça mais por estas pessoas, é necessário investimentos e sobretudo cursos que capacitem os profissionais da educação para atuarem como agentes mediadores na aprendizagem dos universitários que necessitam de atendimento especializado.

CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO

Ao adentrarmos no meio acadêmico nos deparamos com os três pilares fundamentais para o desenvolvimento e produção do conhecimento científico, trata-se dos eixos: ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa configura-se como uma ação essencial neste processo acadêmico. É por meio da investigação que se obtém resultados para diferentes questionamentos que nos cercam. A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, “[...] sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 43).

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 43) a pesquisa consiste em “[...] um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Sendo assim, pesquisar significa refletir acerca dos fenômenos da realidade, dando sentido à estes.

Para a produção investigativa deste estudo, nos apropriamos da pesquisa de natureza qualitativa, que “hoje em dia [...] ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (Godoy, 1995, p. 21). Neste sentido, nota-se que o foco da pesquisa qualitativa está voltado a compreensão de fenômenos por meio de ações simbólicas que lhes são atribuídas. Pode-se afirmar que as pesquisas de natureza qualitativa têm o caráter exploratório, contribuindo na formulação de hipóteses. Segundo Minayo (2014, p. 59) o método qualitativo “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

Esta pesquisa teve como método de abordagem o método fenomenológico que visa compreender a interpretação do mundo com base na consciência do sujeito por meio de suas experiências, configurando-se como pesquisa que analisa a subjetividade dos entrevistados e os significados que atribui aos fenômenos pelos quais perpassa. Segundo Gil (2008, p.14) a fenomenologia “não explica mediante leis nem deduz a partir de princípios, mas considera imediatamente o que está presente à consciência: o objeto”. A abordagem fenomenológica consiste em compreender os dados expostos, visando analisar os fenômenos de modo a não levar em totalidade sua natureza fantasiosa ou realista.

Como procedimento de pesquisa utilizamos o método de estudo de caso, no qual consiste analisar as particularidades de nossos sujeitos da pesquisa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 60), o estudo de caso:

[...] consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc.

Esta estratégia de pesquisa “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados” (Gil, 2002, p. 54). Ainda de acordo com Gil (2002, p. 141), no estudo de caso “os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos”.

Visando compreender a realidade do ensino inclusivo no Ensino Superior, buscamos analisar as experiências educacionais de acadêmicas com deficiência visual e cegueira, estendendo-se a demais sujeitos que participam do mesmo espaço que tais universitárias, por isso, neste estudo, a técnica para a coleta de dados se deu por meio de uma entrevista com questionário que foram apresentados aos sujeitos desta pesquisa como forma de obtenção de dados para composição de informações necessárias para a consolidação deste trabalho. De acordo com Padronov e Freitas (2013, p. 105) questionários e entrevistas “[...] constituem técnicas de levantamento de dados primários e dão grande importância à descrição verbal de informantes”. Ainda de acordo com Padronov; Freitas (2013, p. 108) “o questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção for feita pelo pesquisador, seu preenchimento será realizado pelo informante ou respondente”.

O questionário foi destinado a duas acadêmicas cegas e uma com baixa visão, ambas discentes da turma do 7º período do Curso de Pedagogia do CESP-UEA, além de um tutor de uma deficiente visual e mais dois professores desta mesma instituição, ambos já lecionaram nesta turma, tendo o contato direto com tais acadêmicas, desta forma, estes podem nos ajudar a compreender as dificuldades enfrentadas pelas acadêmicas, além de nos auxiliar na análise de possibilidades destinadas a estas acadêmicas com esta deficiência, além dos futuros PCDs que ingressarão nesta instituição de ensino.

Através da pesquisa realizada pôde-se observar que este processo de inclusão é um fenômeno que encontra-se em movimento, no qual para sua total consolidação é necessário mais políticas públicas que atendam as necessidades de pessoas com deficiência, além disso, é fundamental que tal temática se estenda por diferentes âmbitos, somente assim haverá a promoção da dignidade humana e práticas de equidade às pessoas que precisam de atendimento especializado.

CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Dificuldades vivenciadas por acadêmicas com deficiência visual e cegueira no CESP-UEA

Neste capítulo apresentaremos a análise dos dados obtidos à pesquisa por meio de um questionário destinado a acadêmicos e professores que fazem parte da Educação Especial no Ensino Superior no Centro de Estudos Superiores de Parintins. Nosso objetivo foi sobretudo compreender a realidade universitária de acadêmicas com deficiência visual e cegueira, enfatizando suas dificuldades e também suas perspectivas com relação a este nível de ensino que se encontram.

Serviram de sujeitos para esta pesquisa três universitárias, um tutor e dois professores que responderam as questões investigativas por meio de questionário. As respostas dadas por estes à nossa pesquisa contribuíram na compreensão de observar as possibilidades que se tornam significativas e estimulantes nesse processo de ensino.

Para efeito de ética e preservação da identidade de nossos sujeitos entrevistados, os nomes destes serão fictícios, sendo mencionados como nome de flores, tais como: rosa, margarida, orquídea, bougainville, cravo e girassol.

3.1.1 Desafios e dificuldades no Ensino Superior

Ao ingressarem no Ensino Superior, os acadêmicos com deficiências criam muitas expectativas quanto a essa nova jornada estudantil. Estes acreditam que por se tratar de uma instituição de muita relevância para a sociedade, estas já deveriam estar preparadas para atendê-los, porém, lamentavelmente a realidade é oposta a o que se foi pensado e tal fato é decorrente desde o surgimento das instituições universitárias no Brasil em 1808 quando estes espaços não tinham um ensino democrático e destinava-se apenas a elite brasileira da época (Pimentel, 2013).

Muitos são os desafios que acadêmicos com deficiência enfrentam nesta etapa educacional, tais como a falta de espaços físicos adequados para seus estudos, a ausência de metodologias acessíveis e profissionais desqualificados que não acompanham os avanços educacionais da educação especial e acabam por propagar um ensino exclusivo pela falta de formação continuada.

Com o intuito de compreendermos as dificuldades de acadêmicas com deficiência visual no Centro de Estudos Superiores de Parintins, instituição vinculada à renomada Universidade do Estado do Amazonas, fizemos a seguinte indagação para as mesmas: que dificuldades você mais tem sentido durante sua trajetória acadêmica em sala de aula? E obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 01 – Respostas de acadêmicas com deficiência visual acerca de suas dificuldades no Centro de Estudos Superiores de Parintins.

Entrevistados (as)	Respostas
Acadêmica Margarida	<i>A maior dificuldade é quanto ao uso do computador para a realização de trabalhos que fazem parte do processo de aquisição de conhecimento. A universidade deveria ter um pouco mais de preocupação quanto a qualidade dos recursos multimídia disponibilizados em sala de aula como o projetor. Eu também tenho acuidade visual que é a sensibilidade a luz, minha sala é muito clara então todos os dias tenho que pedir licença aos meus colegas que em parte não gostam que desliguem as lâmpadas da sala e isso é um tanto constrangedor. Todo meu material de estudo é ampliado, o meu tutor amplia todos os meus textos, mas eu consigo realizar parte das minhas atividades de maneira independente.</i>
Acadêmica Orquídea	<i>A minha dificuldade foi mais sentida na pandemia. Eu não tinha muito acesso as aulas remotas, não tinha quem me auxiliasse, então ficava bastante complicado para mim. Precisava lê textos e não tinha um apoio [...], o que me prejudicou bastante.</i>
Acadêmica Rosa	<i>A minha maior dificuldade é quanto a falta de materiais adaptados como a máquina braille, os computadores adaptados com voz, adaptação do espaço físico, coisa que não tem na universidade e que já deveria ter há muito tempo [...]. A gente não culpa os profissionais da universidade, mas sim, o poder estadual e federal, porque eles sim são os responsáveis por recursos.</i>

Fonte: Quadro elaborado pela acadêmica (2023).

Percebe-se por meio da resposta da acadêmica Margarida que há uma falta de sensibilidade por parte de seus colegas que deveriam colocar em prática a ação de inclusão e acessibilidade, uma vez que sabem das limitações da discente. Apesar das dificuldades, nota-se também um esforço dela em seguir seus estudos com auxílio de seu tutor que lhe dá suporte, o que é fundamental, pois sem este apoio certamente as dificuldades seriam maiores.

O relato da discente Orquídea nos remete ao período de pandemia em decorrência do Covid-19, “[...] doença causada pelo SARS-COV2, uma síndrome respiratória aguda. Diante disso, a iminência e o próprio colapso no sistema de saúde fizeram com que os governos, [...], estabelecessem medidas sanitárias e de distanciamento social para suas populações [...]” (Ilha; Antunes; Texeira, 2022, p. 3). Em decorrência da pandemia e seus impactos na sociedade, no Brasil, o ensino remoto precisou ser adotado para a continuação das atividades educacionais, tanto na educação básica, como também no ensino superior.

No que se refere ao ensino remoto nesta época, os acadêmicos com deficiência visual tiveram impactos maiores, tendo em vista que necessitavam de apoio especializado para o desenvolvimento de suas atividades durante esta fase, o que foi impossível, uma vez que seus tutores não podiam acompanhá-los, nem mesmo seus familiares, pois careciam de conhecimentos acerca dos conteúdos repassados a esses acadêmicos.

É importante destacar que normalmente em sala de aula, acadêmicos com deficiência visual já são postos a desafios por falta de materiais adequados. Durante este período pandêmico essa problemática se acentuou e dificultou ainda mais o processo de aquisição de conhecimentos importantes neste desenvolvimento da formação acadêmica, tendo como resultado um ensino fragmentado que acarretou em problemas de inadimplência com disciplinas, é o caso da acadêmica Orquídea que relatou ter que pagar matérias.

Neste sentido, pode-se observar que houve um grave equívoco dos órgãos competentes que não se sensibilizaram com acadêmicos que necessitaram de atendimento especializado neste momento tão delicado pelo qual passava a população mundial. De acordo com Buccio e Buccio (2008, p. 33):

As dificuldades e os desafios da inclusão escolar estão ligados a questões como: organização da sociedade, valores que nela prevalecem, prioridades definidas pelas políticas públicas, meios efetivamente disponibilizados para a implantação dessas políticas, fatores relacionados à formação de docentes, infra-estrutura e problemas vinculados à especificidade das diferentes condições que afetam o desempenho acadêmico e a formação pessoal de sujeitos que apresentam deficiências [...].

Neste sentido, nota-se que a educação nacional de modo geral precisa flexibilizar medidas que contemple a todas as necessidades dos estudantes, desde a Educação Infantil, até o Ensino Superior. Estas dificuldades enfrentadas por acadêmicos com deficiência são perceptíveis pelos professores que em síntese ainda não estão acostumados a trabalharem por meio da maneira preconizada pela Educação Especial. Ao serem indagados sobre a percepção das dificuldades enfrentadas pelos seus alunos com deficiência visual, nossos professores entrevistados responderam que:

Quadro 02 – Respostas dos professores quanto as dificuldades de acadêmicas com deficiência visual no CESP-UEA.

Entrevistados (as)	Respostas
Professor Cravo	<i>Eu percebo em mim dificuldade muitas vezes em buscar qual a técnica adequada para incluir este aluno, ao perceber as suas dificuldades tento de alguma forma encontrar meios para que possa levá-lo ao aprendizado e superar essas dificuldades.</i>

<p>Professora Bougainville</p>	<p><i>Eu tive aula com eles a distância pelo WhatsApp e consegui perceber a dificuldade deles [...] através do diálogo com seus monitores, procurando entender o histórico de vida deles [...]. Busquei saber quais eram as principais dificuldades. Às vezes apenas uma leitura não é suficiente para a gente compreender um texto, então requer que o estudante cego releia com seu monitor e em alguns momentos eu até sugeri que fosse gravado as leituras dos textos e eles ficassem ouvindo aquela leitura para tentarem compreender aquele assunto. As dificuldades elas são perceptíveis sim porque são alunos que tem uma limitação, mas isso não significa que eles não sejam capazes, eles são capazes sim, inclusive a maioria deles tem um desenvolvimento oral muito bom, tem uma compreensão muito boa daquilo que eles ouvem, tem uma percepção auditiva e sabem se expressar. Vi o interesse deles em tá participando das aulas, então, muitas vezes os alunos com alguma limitação eles são até mais interessados do que os alunos que não tem nenhuma deficiência [...] então isso que eu percebi, eles são pessoas resilientes.</i></p>
------------------------------------	---

Fonte: Quadro elaborado pela acadêmica (2023).

A fala dos professores demonstra que os mesmos são preocupados em proporcionar uma educação inclusiva e acessível a seus discentes com deficiência. Essa ação nos revela que estes profissionais estão realizando suas funções com base no que é estabelecido pelas competências da Educação Especial e Inclusiva, que segundo Glat (2009, p. 17) a educação especial “não deve ser concebida como um sistema educacional especializado à parte, mas sim como um conjunto de metodologias, recursos e conhecimentos (materiais, pedagógicos e humanos) [...] para atender à diversidade de seu alunado”. Neste sentido, ao saber que contará com a presença de acadêmicos com deficiência em suas aulas, o professor deve buscar métodos para lidar com esta situação, sem que ambas partes sejam prejudicadas.

Atualmente o Centro de Estudos Superiores de Parintins conta com discentes de diferentes deficiências, tais como surdos, cegos, acadêmicos com baixa visão, deficientes físicos e autistas, porém nota-se que esta instituição de ensino superior ainda precisa se adaptar de maneira mais acessível a este público estudantil. Ao serem questionados sobre o Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA) como uma instituição inclusiva, nossos sujeitos da pesquisa responderam que:

Quadro 0 – Respostas dos entrevistados acerca do CESP-UEA como instituição inclusiva.

Entrevistados (as)	Respostas
<p>Acadêmica Margarida</p>	<p><i>Em partes, pois ainda que diferente de muitos lugares que frequentamos, a universidade ainda nos possibilita uma melhoria quanto a ajuda que precisamos para a aquisição de conhecimentos. Pelo que vejo acontece não só na universidade, mas em muitas instituições de ensino a exclusão dentro da inclusão. Nem mesmo temos atendimento preferencial ao restaurante universitário, por exemplo. A inclusão de direitos não deveria estar somente na sala de aula, mas em todo o campus.</i></p>

Acadêmica Orquídea	<i>Para se tornar uma instituição inclusiva [...] é preciso piso tátil, números de identificação das salas em braile, assim como nos banheiros que também devem ser adaptados. É preciso máquina de braile, formação continuada aos professores para que eles também aprendam esse sistema de escrita. Penso que também seria positivo a melhoria no atendimento do R.U (restaurante universitário), dando prioridade a quem necessita de atendimento especializado.</i>
Acadêmica Rosa	<i>Não considero como instituição inclusiva [...] porque desde quando foi construído o CESP-UEA, já deveriam ter a concepção de que na universidade não apenas iam ingressar os acadêmicos sem deficiência, mas também aqueles que possuem qualquer deficiência. A instituição não é inclusiva porque há falta de recursos para cegos e para quem tem baixa visão. Pode-se perceber também que a universidade privilegia mais os surdos, para os cegos pouca coisa é destinada.</i>
Professor Cravo	<i>Sim eu considero o CESP como uma instituição inclusiva, porém temos que buscar ainda várias adaptações para que possamos realmente viver em um ambiente inclusivo pois não basta matricular alunos, mas proporcionar os mesmos as condições para que cheguem ao final dos cursos preparados para serem profissionais inclusos na sociedade.</i>
Professora Bougainville	<i>O CESP é uma instituição de nível superior que tem realizado um trabalho muito relevante e a UEA em si também e acredito que não apenas em Parintins [...]. No CESP há um trabalho voltado para a inclusão, pois tem o núcleo de acessibilidade que é um espaço que contribui com o atendimento desses estudantes que precisam, mas eu também acredito que precisamos melhorar mais no que diz respeito a estrutura física do CESP, pondo sinalizações para pessoas com deficiência visual, piso tátil, [...], como o número de acadêmicos com deficiência visual tem crescido [...] é preciso curso de formação para ensinar os professores que irão atuar com esses estudantes. Neste sentido, o CESP tem se mostrado como um espaço acolhedor, de inclusão e que está se constituindo, acredito que o que já temos já é um grande avanço, mas acredito também que a melhoria deste espaço vai se dando conforme a necessidade, conforme o ingresso desses acadêmicos no campus.</i>
Tutor Girassol	<i>Os grupos vulneráveis que historicamente enfrentavam alguma dificuldade em respeito a inclusão, hoje contam com tecnologias como equipamentos tecnológicos e formação de profissionais que possam atender as necessidades da inclusão, como por exemplo o sistema braile, a língua de sinais, gravadores e reprodutores de áudio, professores e tutores habilitados para atuar perante a esses grupos de deficientes. Essa estrutura é presente no CESP, necessitando ainda ajustes e atualizações que demandam estudos e verba para sua concretização. Não sei ao certo se chega a atender os mais distintos grupos, mas a inclusão é sim uma ação presente.</i>

Fonte: Quadro elaborado pela acadêmica (2023).

Do ponto de vista dos professores entrevistados e a partir da resposta dada pelo tutor, o CESP é inclusivo por receber acadêmicos com deficiência e por estes profissionais também aplicarem metodologias que auxiliam acadêmicos com deficiência visual. Contrapondo a falas dos docentes, o relato das acadêmicas alerta que a realidade universitária destinada às pessoas com deficiência ainda precisa avançar em quesitos de acessibilidade, dando condições favoráveis a esses universitários que necessitam de equidade para se desenvolverem de

diferentes maneiras nesse espaço, com o objetivo de alcançarem as mesmas oportunidades que os demais acadêmicos.

Através da fala das entrevistadas podemos constatar que o Centro de Estudos Superiores de Parintins ainda não está em consonância com a portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 que dispõe em seu inciso II:

- a) manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático [...]. (Brasil, 2003).

Tais condições impostas pela Portaria nos revela que é fundamental que as IES se adequem a este novo paradigma de inclusão de DVs no ensino superior, pois somente por meio destas adaptações é que haverá igualdade de oportunidades educacionais que facilitarão no processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos que precisam de atendimento especializado.

Um ensino bem estruturado, no qual contemple as especificidades de cada aluno é significativo e primordial na vida dos estudantes com deficiência. Se estabelecer em espaços acessíveis que contemple as necessidades de uma pessoa cega ou com baixa visão é estimulante para esses sujeitos que certamente sentem-se mais confiantes em querer dar continuidade aos seus estudos.

É importante destacar que apenas receber universitários com baixa visão ou cegueira nas universidades por meio da efetivação de matrículas não é uma prática inclusiva e tampouco é correto de se fazer, uma vez que as leis de acessibilidade e de direitos às pessoas com deficiência preconizam ações dignas ao ensino destas pessoas, ou seja, não basta apenas garantir vagas, mas propiciar um ensino emancipador e instigante. Por isso, que deve haver a implementação de metodologias acessíveis que estejam em consonância com práticas pedagógicas significativas. A adoção dessas práticas tem demonstrado que essa pedagogia pode “consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (*que são tão características de tantos sistemas educacionais*) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar” (Declaração de Salamanca, 1994, grifo do autor).

Apesar de voltar-se mais a práticas de inclusão à educação escolar, a Declaração de Salamanca de 1994 é crucial também para a consolidação de um ensino superior inclusivo, pois foi por meio desta declaração que reflexões acerca do ingresso de PCDs nas universidades

foram vistas como possibilidade de extensão do ensino básico. Esta importante declaração pontua que:

[..] universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais pedagógicos (Declaração de Salamanca, 1994).

As universidades são vistas como produtoras de saberes e de ciência, logo, discutir acerca de metodologias e técnicas pedagógicas nestes espaços é uma importante tarefa tanto para os acadêmicos presentes em cursos de licenciaturas, quanto para professores universitários que precisam se adaptar a este cenário de inclusão, uma vez que a cada ano mais acadêmicos com deficiências ingressam às universidades.

Ao serem questionados sobre o que entendem por métodos e técnicas de ensino, nossos professores entrevistados responderam que:

Quadro 03 – Respostas de professores do CESP-UEA acerca do que compreendem sobre métodos e técnicas de ensino.

Entrevistados (as)	Respostas
Professor Cravo	<i>As técnicas são ações imediatas que podem proporcionar o ensino, enquanto que o método é um sistema de técnicas logicamente organizados que venham favorecer e estruturar o ensino-aprendizagem.</i>
Professora Bougainville	<i>Os métodos eles são caminhos que nós seguimos ou trilhamos para alcançar determinados objetivos de uma pesquisa ou de uma aula para quem é professor. Esses métodos orientam as técnicas que o professor vai utilizar para ensinar em sala de aula. Temos a técnica de observação que é ponto fundamental para que o professor desenvolva suas atividades dentro de sala de aula para observar o comportamento dos alunos, perceber como é que eles se relacionam uns com os outros, conhecer a história de vida dos estudantes para saber como ele se desenvolveu nos anos anteriores. É preciso que se faça um diagnóstico da vida desse estudante e principalmente quando se trata de um estudante com alguma necessidade educacional especial.</i>

Fonte: Quadro elaborado pela acadêmica (2023).

Nota-se por meio da fala dos professores entrevistados uma certa diferença entre os conceitos que atribuem aos métodos e técnicas de ensino, no entanto os sentidos são iguais ao apresentarem o objetivo destas ferramentas pedagógicas que para eles consistem em auxiliar estudantes no processo de ensino-aprendizagem, afim de promover uma aprendizagem significativa.

Glat (2009, p. 21) pondera que “recursos e métodos de ensino mais eficazes proporcionaram às pessoas com deficiências maiores condições de adaptação social, auxiliando

a superar, pelo menos em partes, as dificuldades cotidianas”. Por isso, é importante que os professores das IES busquem está por dentro de novas metodologias que contemple positivamente o processo de ensino-aprendizagem de acadêmicos com deficiência visual e baixa visão, pois assim, estes certamente poderão desenvolver suas atividades com autonomia, sem que seja preciso a participação direta de outras pessoas para os auxiliarem neste processo. Conforme Glat (2009, p. 17):

[...] a Educação Especial não deve ser concebida como um sistema educacional especializado à parte, mas sim como um conjunto de metodologia, recursos e conhecimentos (materiais, pedagógicos e humanos) que a escola comum deverá dispor para atender à diversidade de seu alunado.

A adoção de técnicas e métodos adequados permite ao discente universitário com deficiência um desenvolvimento acadêmico mais eficaz, uma vez que por meio de caminhos mais flexíveis no ensino, esses podem de maneira mais exitosa adquirir conhecimentos fundamentais nesta etapa estudantil. No que se refere aos meios avaliativos de acadêmicos com deficiência visual, Glat (2009, p. 46-47) enfatiza que:

A construção de um currículo para a Educação Inclusiva requer, quando necessário, eliminar, introduzir ou modificar algum objetivo, conteúdo ou atividade. Requer também, priorizar certos conteúdos, de acordo com o processo de aprendizagem do aluno, bem como modificar o tempo previsto para atingir os objetivos propostos.

Escolas e universidades precisam introduzir em seus currículos possibilidades de desenvolvimento de alunos com deficiência, para isso, é importante que, professores, pais e tutores desses discentes que necessitam de atendimento especializado, dialoguem sobre medidas de inclusão em sala de aula por intermédio de um currículo também inclusivo.

A partir das respostas dos nossos professores entrevistados quanto a aplicação de técnicas e métodos adotados em sala de aula, buscamos compreender como as acadêmicas com deficiência visual vivenciam essa experiência em sala de aula.

3.1.2 Possibilidades e a prática de inclusão no Ensino Superior destinadas ao ensino de acadêmicas com deficiência visual e cegueira no CESP-UEA

Sabemos que a educação como prática de desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos sujeitos da aprendizagem é um processo gradativo que contempla as faculdades individuais de cada ser humano. Assim como demais estudantes, acadêmicos com deficiência

também desenvolvem capacidades múltiplas de se desenvolverem de maneira integral por meio da educação, desde que propiciem um ambiente facilitador para tal como já evidenciado em outro momento.

Este subtópico visa apresentar as perspectivas das acadêmicas com deficiência visual e de professores que trabalham na instituição de ensino superior pesquisada com o objetivo de evidenciar as possibilidades postas em práticas neste espaço de construção de saberes.

Antes de evidenciar as possibilidades que o Centro de Estudos Superiores de Parintins destina à prática de um ensino inclusivo, analisaremos as falas dos nossos entrevistados acerca do conceito de inclusão na perspectiva educacional. Ao serem indagadas sobre o que entendem por inclusão, nossos entrevistados conceberam esta palavra como:

Quadro 04 – O conceito de inclusão apresentado pelos (as) entrevistados (as).

Entrevistadas	Respostas
Acadêmica Margarida	<i>Inclusão seria a integração da pessoa com deficiência em ambientes escolares e não escolares. Quanto a inclusão escolar seria o processo da diversidade de diferenças que alunos ou demais pessoas tem por direito o ingresso a instituições de ensino ou demais órgãos públicos, para serem atendidos de maneira igualitária.</i>
Acadêmica Orquídea	<i>Inclusão é incluir todas as pessoas que tenha qualquer tipo de dificuldade ou deficiência, para que assim possa ter um olhar de ajudar nas necessidades destas.</i>
Acadêmica Rosa	<i>Inclusão vai além de ações políticas [...], não é só colocar um acompanhante para cego para ajudá-lo e a universidade pensar que já está fazendo inclusão, não é apenas isso, a inclusão vai além. Inclusão é tudo aquilo que você pode ao atender às necessidades educacionais dos acadêmicos deficientes.</i>
Professor Cravo	<i>Inclusão para mim é superar as barreiras e me preparar como cidadão e professor a entender as diversidades e a necessidade de estar à disposição de meus alunos, independentemente de qualquer situação que possa ser visto como diferente na sociedade.</i>
Professora Bougainville	<i>Inclusão é incluir pessoas que historicamente foram excluídas do processo de socialização, de educação etc, dentro de uma sociedade dita “normal”. Incluir é colocar em prática ou garantir o direito dessas pessoas de participarem de todos os processos sociais, educacionais. Na educação, inclusão é fazer com que as pessoas com deficiência acessem a educação de acordo com as leis que estão sendo estabelecidas [...]. É preciso respeitá-las (pessoas com deficiências) como pessoas, como cidadãos que são, e também ajudá-las para que elas consigam se adaptar no meio social, cultural, etc.</i>
Tutor Girassol	<i>Inclusão é garantir que todos os membros da sociedade possam participar das atividades destinadas ao público em geral, dando suporte para que grupos que possuem algum tipo de limitação possam interagir e concorrer de forma justa e acessível a todos os certames disponibilizados.</i>

Fonte: Quadro elaborado pela acadêmica (2023).

Numa visão geral acerca da palavra inclusão, esta terá diferentes significados e conceitos. Parafraseando um dicionário da Língua Portuguesa temos como resultado que o

conceito de inclusão está relacionado com o acesso e permanência dos cidadãos nas escolas, independentemente da sua condição física, intelectual ou necessidade especial. O principal objetivo é tornar a educação possível para todos, respeitando suas diferenças, particularidades e especificidades.

Através das respostas dadas pelos nossos sujeitos da pesquisa, pode-se observar que há uma certa semelhança nas definições acerca da palavra inclusão. Para estes, inclusão está atrelada ao acolhimento de deficientes em qualquer espaço, sobretudo em âmbitos sociais cujos mantenedores são de responsabilidades dos governos, tais como escolas, hospitais, universidades, entre outros espaços. É importante lembrar que a prática de inclusão não pode ser apenas aplicada por influência de aparato legal, mas sim por questões de respeito e humanidade.

No cenário educacional inclusivo, é importante darmos visibilidade as falas de nossas acadêmicas entrevistadas pois elas são protagonistas neste processo educacional, logo, compreender o significado de inclusão através das mesmas é algo que deve ser levado em consideração, pois suas falas nos alertam acerca da necessidade de discutir sobre, não de forma romantizada, mas como garantia de direitos fundamentais preestabelecidos por meio de leis.

Segundo Glat (2009, p. 16) no âmbito educacional a inclusão escolar significa um novo “[...] modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para aprendizagem”. Sendo assim, Educação Inclusiva não se refere apenas ao atendimento especializado às pessoas com deficiências, mas busca proporcionar também mecanismos pedagógicos no qual amenize as dificuldades na aprendizagem dos alunos em decorrência de algum fenômeno externo.

A Educação Especial e Inclusiva no Ensino superior é uma realidade recente que tem se constituído por meio de muitas discussões educacionais que culminam em leis, portarias, ou decretos que amparam pessoas com deficiência nesta etapa de ensino. Desta forma, é possível afirmar que vivemos uma época de transformações positivas e fundamentais para acadêmicos com deficiência, cuja perspectivas são sempre as mais esperançosas no sentido de mudanças significativas para os próximos universitários que necessitam de atendimento especializado.

Perguntamos aos nossos entrevistados quais são suas perspectivas futuras quanto a Educação Especial no ensino Superior, sobretudo para deficientes visuais e cegos no CESP-UEA, e alguns destes sujeitos da pesquisa responderam que:

Quadro 05 – Respostas dos entrevistados quanto as suas perspectivas na realização de um ensino inclusivo no Ensino Superior.

Entrevistados (as)	Respostas
Acadêmica Margarida	<i>Estou realizando minha segunda graduação, a primeira fiz em Letras Língua Portuguesa. Em 2012 quando ingressei no curso eu não era portadora de deficiência visual [...]. Dificuldades eu enfrento todos os dias, mas nunca desanimo, sempre procuro superar a tudo com sabedoria. A universidade nos possibilita um enriquecimento de saberes que vai além, mesmo com a deficiência visual não irei parar, quero poder partilhar tudo que a cada dia é assimilado por mim, poder levar uma educação transformadora a quem precisa, pois sabemos que a educação é algo que precisamos lutar para que futuramente possamos fazer parte desse nosso modelo transformador, e o curso de Pedagogia somado com o curso de Letras me possibilitarão realizar meus objetivos quanto professora pesquisadora.</i>
Acadêmica Orquídea	<i>Espero que o CESP melhore bastante, que as metodologias possam suprir mais as necessidades de cada acadêmico deficiente que vai entrar na instituição. Se tiver mais materiais de acordo com o que era certo, seria mais viável às pessoas que tem limitações.</i>
Acadêmica Rosa	<i>O CESP-UEA precisa melhorar muito ainda, não apenas em adaptar o espaço físico, mas também incluir profissionais mais experientes no braille, porque tem cursos para a língua de sinais, mas não existe para o braille. Eu espero que a universidade tenha um olhar mais profundo para nós que somos deficientes visuais e parar de pensar que inclusão é só fazer um pouquinho.</i>
Professor Cravo	<i>Trata-se de uma perspectiva desafiadora, visto que por mais que tenhamos formação para ensinar, nos deparamos com problemas os quais não eram comum quando éramos alunos e também quando começamos a lecionar. Jamais fomos preparados para esses desafios, ao mesmo tempo fico muito feliz em saber que o CESP recebe estes alunos nos dando oportunidade social de buscar inclui-los, embora ainda não estejamos preparados, estes alunos nos ensinam a ajudá-los, pois verificamos que existe a necessidade de inserirmos materiais concretos como instrumento que proporciona o ensino e a inclusão destes alunos.</i>
Professora Bougainville	<i>[...] Primeiro tem que ser pensado em metodologias que vão atender esses estudantes, mas para que o professor desenvolva uma metodologia diferenciada, ele precisa ter a sensibilidade com relação a esses estudantes com deficiência. [...] o professor tem que entender que ele não pode avaliar um aluno que tem deficiência visual igual a um aluno vidente. É preciso ter a consciência de que não vai ser possível avaliar de igual modo. [...] seria importante uma capacitação para professores do nível superior para também aprenderem a ler em braille as atividades dos alunos que usam esse meio de escrita. Outro ponto importante a se destacar é que eu não acho justo algumas obrigações para os tutores, porque o tutor ele já é um acadêmico, é como ele tivesse um trabalho em dobro, [...].</i>

Fonte: Quadro elaborado pela acadêmica (2023).

As respostas apresentadas pelos nossos entrevistados demonstram um certo otimismo e preocupação quanto a inserção de práticas inclusivas no Ensino Superior. Ao analisarmos as respostas, obtivemos uma certa concordância quanto a necessidade de se estabelecer no CESP-UEA metodologias que venham contribuir no ensino aprendizado desses universitários que não podem ser ignorados pela parte administrativa da instituição, além disso, como já mencionado

anteriormente, é fundamental que se estabeleça também nos cursos das universidades do Ensino Superior Projetos Políticos dos Cursos (PPCs) e currículos que contemple essa realidade que têm se expandido nas IES, no qual seja dado um enfoque maior quanto aos meios de avaliação de acadêmicos cegos e deficientes visuais.

Caminhamos para uma educação e ensino mais inclusivos, mas para que este de fato seja um percurso mais fácil de se consolidar, é importante que não se espere apenas dos órgãos competentes. Cabe aos professores, aos acadêmicos de modo geral, entre outros membros das universidades proporcionar espaços mais atrativos que visem a inclusão dos universitários com deficiência, pois estes em muitas situações, ainda que nem sempre seja perceptível, são afetados com baixa autoestima, o que interfere negativamente no interesse pelos seus estudos, afetando esse processo estudantil tão sonhado por muitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos leituras sobre a Educação Especial e Inclusiva nos deparamos com um processo histórico de muita discriminação e práticas de preconceito destinados às pessoas com deficiências. Esta triste ação lamentavelmente foi perdurada por muitos anos, fazendo com que estes cidadãos fossem colocados às margens da sociedade, onde direitos foram negados e práticas de exclusão foram sendo mantidas como um fenômeno normal, haja vista que as concepções de antigamente acerca de pessoas com deficiência inviabilizou as capacidades e potencialidades desses sujeitos que por muitos anos foram vistos como criaturas incapazes de viver no meio social.

Trabalhar esta temática e apresentá-la a comunidade científica como também a toda a sociedade em geral é uma ação progressista e inclusiva que estamos realizando, uma vez que ao buscarmos o tão almejado progresso social, devemos levar em consideração a especificidade de cada ser humano.

Em um cenário mais otimista, pode-se afirmar que atualmente vivemos uma realidade oposta ao passado. Hoje temos leis que amparam deficientes de todas as classes, estes têm acesso a recursos que jamais foram pensados em dias sombrios de resistência. Há um gama de oportunidades que não são ofertadas apenas como modo de incluí-los no mercado de trabalho, mas como um meio de promover a dignidade humana que fora negada historicamente.

No atual momento social em que vivemos, temos convivido com pessoas com deficiência que estão alcançando lugares até um tempo atrás tidos como inimagináveis, porém, com muito esforço e perseverança, essas pessoas tem demonstrado que podem alcançar os objetivos que sonharem, mas para que tal ato se concretize com mais eficiência, é fundamental que toda a sociedade esteja envolvida promovendo ações de equidade e inclusão em diferentes âmbitos, como no acesso às universidades que ainda precisam dar mais espaços para pessoas com deficiência.

Apesar das iniciativas positivas que têm se estabelecido, muito ainda é preciso ser feito para que de fato tenhamos a garantia de direitos destinados às pessoas com deficiência que ao longo dos últimos anos têm mostrado que são capazes de ocupar diferentes posições na sociedade, uma vez que como qualquer outras pessoas, apesar das dificuldades, também apresentam potenciais e habilidades para exercerem inúmeras funções, é o caso das nossas acadêmicas com deficiência visual que serviram como sujeitos da pesquisa neste estudo, onde puderam evidenciar suas dificuldades, mas que também servem como prova concreta de que

são capazes de realizar seus objetivos e, principalmente se obtiverem apoio necessário para esse progresso.

Acreditamos que por meio deste trabalho podemos pensar em novos meios de inclusão na sala de aula, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior, onde as dificuldades enfrentadas por pessoas cegas e deficientes visuais parecem ser maiores

A universidade é concebida como um espaço de sociabilidade, plural e sobretudo criadora de conhecimentos através da ciência, logo, é fundamental que acadêmicos, professores e demais órgãos competentes estejam em busca de propiciar melhores condições de ensino a discentes com deficiência, onde esse acesso ao Ensino Superior não seja apenas mais uma ação obrigatória prevista por lei, mas como um meio de transformação social, no sentido de pagar uma dívida histórica que lamentavelmente ainda é realizada de maneira fragmentada.

A inclusão é um fenômeno que ainda tem se desenvolvido e que demanda mais estudos acerca de tal. Esta ação só será mais praticada a partir do momento em que olharmos para as pessoas com deficiência e observarmos além de suas limitações. É fundamental que continuemos lutando por direitos e mais visibilidade a estas pessoas, assim estaremos sendo justos e principalmente promovendo a dignidade humana por meio de práticas de igualdade e equidade, ações que fazem toda a diferença na vida de um PCD.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL, **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 de mar. de 2023.

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**, 1996.

BUCCIO; Maria Isabel; BUCCIO, Pedro Augustinho. **Educação Especial: uma história em construção**. 2. Ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

DÍAZ, Félix *et al.* **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, **Casa de Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, Brasil. Julia Xavier. (2017).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana (org). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**. História e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 03, p. 287-308, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org>>. Acesso em: 02 de ago de 2023.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTEL, Susana Couto *et al.* **Estudantes com deficiência no Ensino Superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB**. Cruz das Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ILHA, Franciele Roos da Silva; ANTUNES, Denise Dalpiaz; TEIXEIRA, Fernanda de Souza. **Impactos da pandemia na formação universitária**. Motivivência (Florianópolis), 2022.

SILVEIRA, Tatiana dos Santos da. **Deficiência Visual: Fundamentos e Metodologias**. Centro Universitário Leonardo da Vinci–Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2009.

TELFORD, C. W; SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1988

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha, 1994.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO – TCLE

Título da Pesquisa: **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E CEGUEIRA NO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS- CESP- UEA.**

Pesquisadora: **Beatriz Ramos Marinho** . (E-Mail para contato:
beatrizmarinho1507@gmail.com)

Pesquisadora/Orientadora: Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos (E-Mail para contato:
gvasconcelos@gmail.com)

Vossa Senhoria é convidado (a) a participar da pesquisa: “**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: DIFICULDADES E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E CEGUEIRA NO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS- CESP- UEA**” sob a responsabilidade da pesquisadora **Beatriz Ramos Marinho** , e-mail: beatrizmarinho1507@gmail.com e de sua orientadora, Professora Dr. Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos, e-mail: gvasconcelos@uea.edu.br com endereço profissional no Centro de Estudos Superiores de Parintins – Cesp|UEA.

Por meio desta pesquisa, pretendemos conhecer a realidade de acadêmicos cegos e com deficiência visual no Centro de Estudos Superiores de Parintins CESP-UEA. Assim, queremos compreender como ocorre o processo de formação acadêmica desses discentes, identificando as dificuldades por eles enfrentadas em sala de aula. Os benefícios oriundos da pesquisa se concentram no campo do conhecimento, pois visam contribuir para os estudos teórico-metodológicos. Manteremos o sigilo e a privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa. Para efeito do trabalho, os nomes dos participantes ao serem apresentados serão fictícios, preservando seus verdadeiros nomes, a menos que o (a) participante concorde com a apresentação do nome verdadeiro.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para participar desta pesquisa. Informamos, que a qualquer momento a sua autorização pode ser retirada sem qualquer prejuízo.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto consentimento em participar da pesquisa concedendo entrevistas e depoimentos aos pesquisadores.

Parintins, _____ de _____ de 2023

Nome do (a) participante da pesquisa

Beatriz Ramos Marinho
Pesquisador